

# **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

## **PROJETO DE LEI Nº 2.390, DE 2003**

(Apenso o PL nº 4.003, de 2004)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**Autor:** Deputado CELSO RUSSOMANNO

**Relator:** Deputado RENATO COZZOLINO

### **I - RELATÓRIO**

O projeto de lei em epígrafe altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”.

Para isso, propõe a inclusão do parágrafo terceiro ao artigo 25, conceituando fornecedor como aquele que coloca no mercado produtos novos e usados. Propõe também alteração do inciso II do artigo 26 da referida lei, ampliando o prazo para reclamação por vícios aparentes ou de fácil constatação, de noventa dias para cento e oitenta dias, quando se tratar de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

O Projeto de Lei nº 4.003, de 2004, apenso, altera o artigo 26, incisos I e II, e, acrescenta o parágrafo 4º ao artigo 26 da lei em questão.

Propõe-se no projeto apenso aumentar o prazo para reclamação por vícios aparentes ou de fácil constatação, de trinta dias para sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis, e de noventa dias para cento e oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis. Além disso, obriga-se o reinício da contagem desses prazos, a partir da data da solução do problema, pelo fornecedor do

produto ou serviço, no caso de ocorrência de vício aparente ou oculto devidamente registrado e reclamado pelo consumidor.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Como pode ser observado, os dois projetos trazem grandes contribuições para o aperfeiçoamento da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

É de se concordar plenamente com os argumentos apresentados pelos autores dos projetos em questão, ilustres Deputados Celso Russomanno e Almir Moura.

Realmente, são curtos os prazos para o consumidor reclamar por vícios ocultos ou aparentes de produtos ou serviços não duráveis e duráveis adquiridos no mercado de consumo. Isso é verdadeiro tanto no que se refere a produtos novos quanto a usados.

Da mesma forma, faz-se necessária a recontagem de prazo decadencial após a solução de vício reclamado pelo consumidor, pois, se tinha o direito no momento da aquisição do produto novo é lógico que mantenha o mesmo direito, após o conserto ou substituição do produto ou serviço.

Diante do exposto, voto pela aprovação dos Projetos de Lei nº 2.390, de 2003, e 4.003, de 2004, apenso, na forma do Substitutivo, anexo.

Sala da Comissão, em 23 de setembro de 2004.

Deputado **RENATO COZZOLINO**  
Relator

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.390, DE 2003

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Os arts. 25 e 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 25. ....

§ 3º *Entende-se como fornecedor, nos termos do art. 3º desta lei, aquele que coloca no mercado produtos novos e usados, fazendo disto o seu negócio.*

Art. 26. ....

*I – sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis;*

*II – cento e oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis.*

§ 4º *A ocorrência de vício aparente ou oculto devidamente registrado e reclamado pelo consumidor, obriga o reinício da contagem dos prazos mencionados nos incisos I e II deste artigo, a partir da data da solução do problema pelo fornecedor do produto ou serviço.”*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de setembro de 2004.

Deputado **RENATO COZZOLINO**

Relator